



TRABALHO: ATIVIDADE OU (DE) FORMAÇÃO?

*Eliana Perez Gonçalves de Moura**
*Maria Isabel Rodrigues Lima***

Resumo

Este artigo visa refletir sobre as vicissitudes do trabalho, enquanto atividade humana, as quais vêm sofrendo importantes transformações sob a influência das sucessivas crises do sistema capitalista. Inicialmente descreveremos o trabalho como uma atividade complexa e mutável para, posteriormente, apresentar algumas características da atual forma de organização do trabalho capitalista que, ao colocar limites e entraves à atividade, gera a (de)formação do trabalho e dos trabalhadores. Na sequência, apresentaremos o modelo de organização do trabalho proposto pela economia solidária, o qual, além de poder ser uma possível alternativa frente à globalização e ao desemprego crescente, pode se articular aos interesses da atividade humana na medida em que, privilegiando o trabalho associado, pretende construir novos modos de trabalhar e de viver baseados em relações cooperativas e solidárias.

Palavras-chave: Trabalho; Capitalismo; Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

Atualmente, tornou-se quase inevitável escapar dos solavancos do mercado financeiro impregnado de incertezas. Causa e consequência de inúmeras crises do sistema capitalista, dessa vez a “globalização” do mercado financeiro gerou um colapso de magnitude mundial cujas repercussões ainda não estão totalmente visíveis. Ante tantas perplexidades e incertezas temos a sensação de estar em um barco à deriva, e somos levados a problematizar, afinal, aonde vamos parar em meio ao turbilhão de crises globalizadas que assistimos na atualidade?

O discurso que ecoa em nossos ouvidos denuncia uma crise que parece derreter o sistema financeiro mundial, ameaçando-nos de um colapso desconhecido e desconcertante que parece sinalizar, em letras vermelhas e garrafais, que “*o modelo econômico capitalista, tal como o conhecemos, já era!*” Considerando que a estruturação do trabalho forjou-se na esteira do sistema capitalista e que suas consequências repercutem sobre as relações de trabalho marcando o homem não apenas como trabalhador, mas como ser social, ante o atual cenário cabe refletirmos sobre outras possibilidades de trabalho desvinculadas da perspectiva do emprego nos moldes capitalistas.

* Mestre em Psicologia Social e Personalidade pela PUCRS. Doutora em Educação pela PUCRS. Pesquisadora e docente do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade da FEEV/VALE. E-mail: elianapgm@feevale.br

** Psicóloga pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Pós-Graduada em Pedagogia Empresarial pela FEEV/VALE. Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade pela FEEV/VALE. E-mail: isabelpsico@gmail.com

Recebido para publicação em: 03/12/08.

Para sustentar nossos argumentos, tomaremos as observações que vimos efetuando junto ao Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo. Nosso envolvimento com o referido Fórum fez parte de uma estratégia de aproximação ao campo empírico a fim de construir o delineamento metodológico da pesquisa que subsidiará nossa dissertação junto ao Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade. Desse modo, procedemos a um mapeamento inicial, no período compreendido entre março e dezembro de 2008, no qual foram observadas dez (10) reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e uma (01) reunião do Fórum Regional do Vale dos Sinos¹. Nesses espaços temos assistido se manifestar de forma viva um outro olhar sobre o trabalho e as relações, trazendo à tona possibilidades de criação, autonomia, cooperação e autogestão. Nossa discussão, por um lado, fundamenta-se nas postulações teóricas de Yves Schwartz (2000)² sobre a noção de atividade humana e, por outro lado, em Cattani (2003), Arruda (2003) e Singer (2002)³, autores que definem a economia solidária e os princípios que balizam essa forma de trabalhar e viver.

TRABALHO COMO ATIVIDADE INDUSTRIOSA: ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

Em uma acepção clássica, o trabalho é considerado uma sequência de operações a serem executadas independentemente de quem irá realizá-las. Nesse sentido, diversas disciplinas têm-se ocupado do estudo do trabalho humano partindo de temas e problemas particulares e abordando questões diversas do mundo

do trabalho. Dentre tantas, algumas já podem ser consideradas tradicionais, como, por exemplo, as análises sobre as mutações, a qualificação, o emprego/desemprego, a saúde, etc.

Contudo, em geral as discussões de quase todas as disciplinas que compõem o campo dos estudos sobre o trabalho humano têm convergido para questões em torno da *atividade* de trabalho, contribuindo para a emergência de um debate específico em torno do conceito de atividade, constituindo-se no ponto de interseção de disciplinas tais como: filosofia, psicologia, sociologia, lingüística, ergonomia, engenharia, etc. Com efeito, de acordo com (CUNHA) “*o trabalho pode ser tratado sob as mais diversas perspectivas, ao sabor dos conceitos e métodos adotados em cada disciplina*”⁴, mas a base comum é dada pela *atividade*, tal como essa categoria vem sendo elaborada pela ergonomia (da atividade) e pela ergologia.

Desse modo, embora utilizado de forma indiferenciada na linguagem coloquial, o termo *atividade* encerra uma noção complexa que, no âmbito deste texto, cabe ser desenvolvida com vagar a fim de ressaltar a importância que esse conceito assume nesta discussão. Assim, quando abordamos o trabalho como uma atividade que se modifica continuamente e que sempre será construída ou reconstruída de forma singular por aqueles que a executam, estamos nos alinhando aos estudos franceses da ergonomia da atividade e da ergologia, disciplinas que consideram o trabalho um objeto de estudo complexo cuja compreensão e análise exigem uma abordagem multidisciplinar.

Seguimos os postulados de Yves Schwartz (2000)⁵, o qual define o trabalho como atividade humana que promove a mediação com o meio através dos valores e possibilita associar o individual e o coletivo, bem como os níveis macro e micro da vida social. Portanto, abordamos o trabalho levando em conta as múltiplas dimensões humanas implicadas no seu exercício.

De acordo com Schwartz (2000)⁶, o conceito de atividade exhibe três características. A primeira diz respeito à transgressão, a qual expressa as tensões entre o que é formalizado pelas



“o trabalho pode ser tratado sob as mais diversas perspectivas, ao sabor dos conceitos e métodos adotados em cada disciplina”, mas a base comum é dada pela atividade, tal como essa categoria vem sendo elaborada pela ergonomia (da atividade) e pela ergologia.



a execução do trabalho sempre será confronto do homem com outros homens, na medida em que as normas antecedentes sempre dizem respeito a outrem.



normas e conceitos e o informal, o que não é bem codificado ao nível da linguagem. A segunda característica da atividade é a mediação, um aspecto dinâmico dessa transgressão, que nas atividades de trabalho se apresenta como algo obscuro porque se encontra incorporado nos corpos dos sujeitos. Por fim, a terceira característica da atividade é a contradição que instaura um debate de normas em que cada sujeito é convocado a gerir cotidianamente suas ações (BRITO)⁷.

Seguindo as postulações teóricas da ergologia, Cunha adverte que “*toda experiência de trabalho é encontro, confrontação de um ser vivo às normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre singular*”⁸. Nessa perspectiva evidencia-se toda a complexidade implicada no trabalho, pois sua execução, por um lado, sempre será confronto do homem consigo mesmo na medida em que efetua escolhas frente às normas antecedentes. Por outro lado e ao mesmo tempo, a execução do trabalho sempre será confronto do homem com outros homens, na medida em que as normas antecedentes sempre dizem respeito a outrem.

Segundo Schwartz, toda atividade é sempre uso de si “por si” e uso de si “pelos outros”⁹. O conceito de atividade, portanto, mostra-nos “*a existência de laços intrínsecos entre a atividade, o universo de valores e os saberes engendrados nas atividades*” (BRITO)¹⁰.

Nesse sentido, Antunes¹¹ afirma que é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não-humanas. Tomando por base Lukács, Antunes¹² ressalta que através do trabalho ocorre uma dupla transformação entre ser humano e natureza. Nesse embate, ao trabalhar o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, se transforma pelo trabalho. Nessa mesma linha, Arroyo¹³ afirma que o homem, ao fazer, se faz, pois é nas relações de trabalho e de trocas que o homem realiza suas potencialidades.

Com efeito, pode-se perfeitamente entender que, para as pessoas, a necessidade de trabalhar representa muito mais do que a mera sobrevivência: representa também a ocupação de um lugar social através do trabalho. Essa tem sido a forma como se tem entendido a importância do trabalho na vida das pessoas: como uma oportunidade de reconhecimento não apenas pelo que fazem, mas pelas características e jeitos de ser que as constituem.

O problema é que no âmbito do sistema capitalista essa

compreensão não parece ser compatível com a lógica da homogeneização, que impõe às pessoas padrões de referência individualizantes, calcados no valor da competitividade e baseados numa concepção de indivíduo isolado, situado em um “vácuo” social. A lógica que anima o sistema capitalista, portanto, desconhece e desconsidera um conceito que funda uma concepção de sujeito que negocia com o meio e com os outros através de saberes engendrados na atividade.

O CAPITALISMO E A (DE)FORMAÇÃO DO TRABALHO

O processo de globalização crescente, o fortalecimento das grandes corporações, a competição acirrada no meio empresarial e, mais recentemente, a instabilidade nos mercados financeiros mundiais ocasionaram a extinção de muitas empresas que não conseguiram acompanhar o novo padrão de concorrência.

Esse processo, que consolidou o modelo e a visão capitalistas, produziu o gradativo aumento das grandes potências empresariais, o que implicou o aumento da exploração e da precarização da vida humana, escancarando, por sua vez, a precariedade do trabalho, que se manifesta por meio de empregos temporários, terceirizados e flexíveis. Conforme afirma Castel, “*desestabilização, precarização, desemprego, são ameaças que [...] se fazem onipresentes para o conjunto da sociedade*”¹⁴. Nesse sentido,

[...] dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural (ANTUNES)¹⁵.

Segundo Antunes¹⁶, o capitalismo ocasiona o decréscimo dos empregos em tempo integral e, ao mesmo tempo, gera um aumento das formas de subproletarização através da expansão do número de trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc.

Essas transformações instigam uma competição acirrada entre os que têm emprego e os que não têm, ou entre os “de dentro” e os “de fora” do mercado de trabalho formal, pois há uma busca incessante para conquistar “um lugar ao sol” (através de um posto de trabalho e/ou cargo) e sentir-se útil e integrado na sociedade. Vivemos um tempo em que

ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. [...] Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado (SINGER)¹⁷.

Desse modo, a engrenagem capitalista enquadra os trabalhadores em “aptos” ou “inaptos”, na medida em que aumenta as exigências de qualificação e descarta os que supostamente não possuem atributos que os classifiquem como supercapazes, super-



homens ou semideuses. Isso reforça a condição de subordinação dos trabalhadores, pois os obriga a “submeterem-se” para não serem “carimbados como inaptos”.

Antunes¹⁸ enfatiza que na sociedade capitalista o trabalho é degradado, aviltado, pervertido e depauperado, pois a força de trabalho torna-se uma mercadoria em vez de ser uma forma humana de realização das pessoas. No sistema capitalista, a supremacia do lucro dita as regras, utilizando mecanismos para alinhar os trabalhadores de forma a obter mais lucro com menos custo, o que gera um aumento do número de tarefas para os que estão empregados e, ao mesmo tempo, um decréscimo dos salários oferecidos no mercado. Assim ocorre a venda da força de trabalho: mediante o pagamento de um salário que sustenta relações de subordinação e submissão dos trabalhadores e incentiva mecanismos de dominação.

Kuenzer¹⁹ afirma que, de forma implícita, o trabalhador é educado para aceitar sua função, seu salário e ainda ser agradecido à empresa pelos serviços que coloca à disposição dos trabalhadores (como, por exemplo, creche, assistência médica, etc.).

Nesse sentido, Schwartz²⁰ adverte que o “estatuto do assalariado” é um estatuto submisso, que condiciona as pessoas à subordinação, só lhes restando executar a “cartilha” da empresa. Esse “estatuto” sustenta-se sobre uma engrenagem de dominação que, cada vez mais, ganha força em virtude da escassez de empregos, pois as pessoas necessitam uma “colocação”, um lugar para

se sentirem inseridas no contexto social através de um emprego, mesmo que isso implique docilizar seus corpos e afetos.

Segundo Gomez, Frigotto, Arruda *et al.*,²¹ no regime capitalista desenvolveu-se um processo de dominação do homem nas suas dimensões físicas, fisiológicas, de seu tempo, de seu espaço, de sua vontade, de seus desejos, de seus estímulos e motivações, para adequá-lo à produção.

Desse modo, exige-se do trabalhador obediência, adaptação, esforço, muita transpiração e ainda que “vista a camiseta da empresa”. Durand²² refere que o problema não está em vestir a camisa, mas em precisar se despir de si mesmo para fazê-lo.

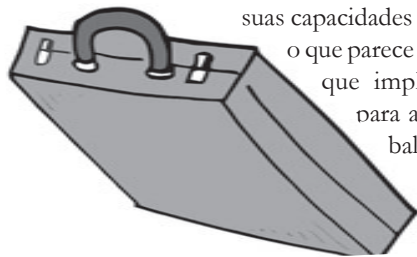
A exigência de uma “nudez subjetiva” pode ser considerada uma “agressão”, muitas vezes velada, a qual visa suprimir as diferenças, as vontades, os gostos e desejos, ou seja, pretende descolar dos trabalhadores aquilo que os constitui e os liga em uma sociedade de humanos.

É sob essa perspectiva que podemos denunciar os efeitos deletérios do sistema capitalista sobre os trabalhadores, na medida em que visa a promover a inércia e/ou um rompimento do vínculo entre trabalhador e atividade. No modo de organização social capitalista há a explícita intenção de controlar o desejo dos trabalhadores, que é o “motor” da ação, conduzindo-os a perder a mobilidade e sua capacidade de construir(se) e reconstruir(se) no mundo. Conforme advertem Guattari e Rolnik, “o desejo, em qualquer dimensão que se o considere, nunca é uma energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem [...] o desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo”²³.

Considerando o exposto, para que o homem possa desenvolver suas potencialidades é fundamental que tenha espaço para criação e recriação em sua atividade, caso contrário poderá ocorrer o inverso: entrar em um processo de “entorpecimento progressivo”, em que as possibilidades de criação e de aprendizado ficam submetidas aos ditames de outrem: o mercado capitalista.

Além disso, é importante considerar que, na atual fase do capital, o trabalho manual está sendo substituído pelo trabalho de maior dimensão intelectual, através do qual ocorre uma apropriação das capacidades cognitivas do trabalhador, buscando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária (ANTUNES)²⁴.

Portanto, mais uma vez é visível a tentativa de moldar e formatar o trabalhador através da “apropriação” de suas capacidades e de sua subjetividade, o que parece retratar a perversidade que implicitamente contribui para a (de)formação do trabalhador.



Essas mudanças, segundo Antunes²⁵, geraram, de um lado, a formação de trabalhadores polivalentes e multifuncionais da era informacional e, de outro, uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que vivem de empregos temporários ou estão desempregados. Esses dois pólos, embora distantes, coexistem



é importante considerar que, na atual fase do capital, o trabalho manual está sendo substituído pelo trabalho de maior dimensão intelectual, através do qual ocorre uma apropriação das capacidades cognitivas do trabalhador, buscando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária

em um mesmo ambiente e, mesmo que não dialoguem entre si, estão ali, repelindo-se ou não.

Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho. Entretanto, o problema não é, absolutamente, criar novos homens, mas encontrar soluções que permitissem pôr fim à desestruturação de um certo número deles pelo trabalho (DEJOURS)²⁶.

Nesse sentido, concordamos com Cattani²⁷, quando afirma que a economia capitalista precisa ser superada. O referido autor enfatiza que, sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não dando conta da gama de potencialidades do tempo presente. Sendo assim, urge pensar em alternativas que possam provocar brechas nesse modo de estruturação do trabalho e que possibilitem espaços para circular as vontades, temores, sabores e dissabores dos trabalhadores.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADES QUE SE DESCORTINAM

Ao percorrer os caminhos sinuosos do universo do trabalho, somos atravessadas pelo descompasso político, econômico e social característico da atualidade, o qual contribui para a (de) formação dos jeitos de ser e estar dos trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, produz outros olhares e formas de pensar a lógica e a organização do trabalho.

Para Cattani, “as alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas”²⁸ e, como afirmam Nardi e Ramminger, “o trabalho não deve ser analisado apenas em relação às técnicas de produção e dominação, mas considerando a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho”²⁹.

Sendo assim, há possibilidades de se propor alternativas ao modelo massificado e hegemônico do trabalho capitalista assalariado. Para tanto, basta que se tenha disposição para construir outras formas de organização do trabalho, baseadas nos princípios da cooperação e do trabalho coletivo, reforçando-se relações solidárias e éticas. Santos³⁰ enfatiza que é essencial resgatar os valores da comunidade e primar pela participação e solidariedade, pois dessa forma se poderá construir uma sociedade mais humana.

Nesse sentido, contribuindo para o resgate dos valores solidários e propondo produzir novas formas de trabalhar, surge a Economia Solidária, que tem como princípios a autogestão, a cooperação, a democracia, a solidariedade, a participação e a autonomia.

Em inserções no campo da economia solidária, através do Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo, no decorrer do ano de 2008, tivemos a oportunidade de perceber que as pessoas envolvidas nesse contexto buscam trabalhar seguindo esses princípios, por exemplo, nos momentos de debate, nos quais as discussões são conduzidas de forma democrática, havendo liberdade para as manifestações do coletivo de trabalhadores e, também, nos momentos de participação nas feiras municipais de comercialização, nas quais nos deparamos com os movimentos de apoio e colaboração mútuos que ocorrem entre os artesãos, confeiteiros, artistas, entre outros. Observando esses espaços, temos a sensação de que há “uma luz no fim do túnel”, ou seja, de que existem alternativas possíveis em que as relações de trabalho constituem-se de outro modo e a colaboração humana no processo de trabalho tem primazia.

Segundo Arruda³¹, a economia solidária é denominada de várias formas, tais como: economia social, socioeconomia solidária, economia popular, economia do trabalho, humanoeconomia, entre outras. Mas, para o autor, o que importa é que todas “*são práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspirada por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e sua acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica*” (ARRUDA)³².

Essa afirmação pode ser exemplificada pelo depoimento de uma participante do Fórum Regional de Economia Solidária do Vale dos Sinos³³ que, ao comentar sobre sua participação na



a economia solidária tem o desafio de ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição e a justiça.



Feira Nacional de Economia Popular e Solidária³⁴, afirma que: “*Valeu muito ir, pois vi que há uma preocupação com o valor humano das pessoas, preocupação com a solidariedade*”.

Segundo Arroyo e Schuch³⁵, a economia solidária tem o desafio de ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição e a justiça.

É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como *empreendimentos coletivos*. Então, começa a se fundir, a se misturar com outros valores com os quais a economia atual não dialoga (ARROYO; SCHUCH)³⁶.

A busca por resultados coletivos faz parte da pauta dos Fóruns de Economia Solidária e inspira os trabalhadores que se empenham para conquistar espaços coletivos nos quais possam expor os seus produtos, que são frutos de suas habilidades e singularidades individuais engendradas em experiências de associação solidária. Além disso, esses trabalhadores movimentam-se visando obter recursos financeiros para investir em prol da coletividade, por exemplo, adquirindo estandes para exposição dos produtos nas feiras.

Para Arruda³⁷, a economia solidária busca recuperar o sentido etimológico do vocábulo *economia*, que em grego significa *a gestão, o cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam*. O referido autor salienta, ainda, que “*a economia é um termo abstrato, que se refere a toda forma de organização social da produção e reprodução da vida a partir do uso dos recursos que o ecossistema oferece*”³⁸.

Nesse sentido, percebemos que as pessoas engajadas em empreendimentos de economia solidária que se dedicam a separar e/ou a reciclar resíduos industriais e domésticos, ainda que prioritariamente visem ao sustento de suas famílias, também manifestam preocupação com a escassez dos recursos naturais, demonstrando como a economia pode servir à expansão da multidimensionalidade do ser humano (VERANO PAEZ *apud* ARRUDA)³⁹.

Com efeito, este é um enorme desafio que se coloca às propostas de trabalho solidário: oportunizar uma prática econômica

que, além da sobrevivência material, oportunize a instauração de um ser humano pleno, pois as dimensões humanas se interpenetram e se reconstróem continuamente através de fluxos de necessidades, de desejos e de uma vasta gama de sentimentos, ações e vivências.

De acordo com Arruda⁴⁰, a socioeconomia solidária se relaciona “à complexa diversidade do ser humano, entendido como ser em processo de fazer-se numa teia de múltiplas relações, desenvolvendo seus sentidos, atributos e potenciais no contexto irreversível do espaço-tempo”.

É um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie (ARRUDA)⁴¹.

Quando observamos as discussões nos fóruns de economia solidária, notamos que, no decorrer daquelas duas horas de debates e convivência, ocorrem trocas de experiências e de conhecimentos empíricos num processo de difusão de saberes que, além de contribuir para desenvolver outra lógica econômica, também está contribuindo para o desenvolvimento pleno de cada um dos que se fazem presentes e ativos naquele momento.

Desse modo, somos conduzidas a concluir que a economia solidária se caracteriza por ser múltipla, plural e aberta à diversidade econômica e social, capaz de fomentar a emergência de várias lógicas econômicas, inclusive a economia do desejo (GUATTARI; ROLNIK)⁴².



para uma ampla faixa da população construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir esses princípios na vida cotidiana.

Segundo Pagotto⁴³, a economia solidária é vista como uma possibilidade de construir um modelo econômico que se relaciona com a construção de uma sociedade livre, na qual se busca desenvolver espaços de liberdade mediante a solidariedade, a cooperação, a ajuda mútua que, na sua dinâmica, encadeie elementos de rupturas com as relações econômicas capitalistas. Enfatiza o resgate dos valores solidários, cooperativos e humanistas e das práticas locais e comunitárias por meio de ações educativas e morais⁴⁴, cujas ações implicam promover a libertação do homem do individualismo crescente.

Acreditamos que uma das formas de construir uma sociedade menos “engessada” é permitir que se estabeleçam outras relações econômicas que não sejam baseadas somente na “compra e venda” de produtos e “pessoas”. Para tanto, é preciso retomar outros critérios e resgatar valores esquecidos e/ou desprestigiados pela lógica capitalista, tal como a solidariedade. De acordo com Singer⁴⁵, para a concretização de práticas solidárias é preciso suporte técnico e financeiro, mas, principalmente, dedicar uma atenção maior à educação, o principal mecanismo de difusão de valores cooperativistas e, portanto, de fortalecimento da economia solidária.

Ainda segundo Singer⁴⁶, para uma ampla faixa da população construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir esses princípios na vida cotidiana.

Os princípios da economia solidária possibilitam a construção de outras formas de relação, pois produzem modos distintos de se inserir e se apropriar do trabalho, favorecendo a instauração de uma cultura autogestionária. Entretanto, para que esses princípios se consolidem serão necessárias rupturas na lógica capitalista, o que implica uma mudança paradigmática sem precedentes. Esse complexo encadeamento de condicionantes demonstra a importância da educação, a qual, sabendo valorizar as culturas advindas das comunidades, constituir-se-á vetor de autonomia e autogestão. A autogestão, compreendida como “*a participação sobre os objetivos e regras que balizam o trabalho [e] sobre os seus resultados*”, será capaz de alavancar o desenvolvimento de todos e de cada um (COUTROT; TIRIBA *apud* PINTO)⁴⁷.

Desse modo, afirma Pinto que “*o trabalho deixaria de ser visto como meio, sendo assumido também como um fim em si, tornar-se-ia ele próprio um bem*”⁴⁸, ou seja, o processo produtivo se voltaria menos para a “rentabilidade do capital” e mais para a “rentabilidade do trabalho”.

Essa visão do processo produtivo, na qual a ênfase é colocada no trabalho e não exclusivamente no capital, constitui o grande diferencial das iniciativas de economia solidária. Sob esse prisma, o trabalhador assume a autoria do seu trabalho, do seu fazer, pois infere, interfere, constrói e acompanha a confecção dos produtos, além de se preocupar com a comercialização dos mesmos.

Esse tipo de envolvimento do trabalhador com seu trabalho fica evidente nos fóruns de economia solidária, especialmente nas oportunidades em que se dão discussões sobre a participação em feiras e eventos com a finalidade de comercialização de

produtos. Nesses momentos a pauta fixa-se sobre esse tema, pois afinal é por meio da comercialização e/ou das trocas que os trabalhadores obtêm sua renda e seu sustento.

Conforme Pinto⁴⁹ adverte, o fator trabalho só alcança centralidade se o próprio trabalhador tornar-se o centro do processo produtivo e de gestão, ou seja, se existir autonomia e autogestão.

Quando o trabalho ganha centralidade, tensionando as antigas relações de produção sob o regime privado, o trabalhador se vê confrontado com a possibilidade de se tornar sujeito do próprio conhecimento e desenvolvimento, seja em relação ao próprio trabalho ou ao outro trabalhador. Não se trata, portanto, de ver apenas a educação para o trabalho, mas de um trabalho que resgata o indivíduo como sujeito do conhecimento e da criação (Coutrot; Tiriba **apud** PINTO).⁵⁰

A possibilidade de exercer o trabalho com autonomia propicia liberdade para que conhecimentos e experiências circulem, construindo espaços onde a subjetividade não precise ser “engavetada”, de modo que as manifestações subjetivas que caracterizam cada ser como único possam aparecer não apenas de forma implícita, mas com seus contornos aparentes e “vivos” nos fazeres diários.

Enfatizando que só é possível ao ser humano ser “protagonista da sua história e desenvolvimento como pessoa, sociedade e espécie se conseguir ser o protagonista da sua economia”, Aruda resume: “*Liberdade de ser E de criar, individual E coletivamente. Liberdade para ser plenamente EU-E-NÓS ao mesmo tempo*”⁵¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instigadas pelas questões relativas ao trabalho e ao homem enquanto protagonista de sua história, de seus desejos e de seus



A possibilidade de exercer o trabalho com autonomia propicia liberdade para que conhecimentos e experiências circulem, construindo espaços onde a subjetividade não precise ser “engavetada”, de modo que as manifestações subjetivas que caracterizam cada ser como único possam aparecer não apenas de forma implícita, mas com seus contornos aparentes e “vivos” nos fazeres diários.

fazeres, acreditamos ser possível a construção de espaços coletivos de trabalho como uma alternativa para além das amarras capitalistas. Onde haja possibilidades que convoquem as pessoas a descobrir e expor suas vontades e potencialidades, criando e recriando modos de trabalho orientados por princípios éticos a favor da vida.

Contudo, é sabido que essa não é uma jornada simples; dentre os inúmeros obstáculos a serem vencidos o mais desafiador é a superação de uma visão de mundo individualista. Essa jornada, no sentido de estabelecer relações sociais e econômicas mais justas e solidárias, depende de todos nós, e não somente dos participantes dos fóruns de economia solidária.

Evitar a “deformação” dos trabalhadores pelo seu próprio trabalho já é um grande passo, mas não é o único, pois sendo o trabalho essencial para a constituição do homem torna-se necessário debater as relações econômicas que perpassam as atividades, os saberes e valores que constituem e dão forma às experiências humanas no e do trabalho. Isso implica abordar a atividade humana tal como proposta por Yves Schwartz⁵²: como o lugar de debate de normas com o meio no qual se insere, no qual o sujeito do trabalho procede por meio de escolhas e de renormalizações negociadas consigo mesmo e com os outros.

Retomar a definição original do vocábulo economia, que significa gestão, é pensar em gerir e cuidar do trabalho e do que está em nosso entorno e que nos constitui enquanto humanos capazes de construir outra sociedade. Portanto, é fundamental fomentar oportunidades para que os seres humanos construam



ser completamente determinado pelas normas do capitalismo não é “viver”, porque a vida é sempre tentativa de parcialmente criar-se humano, talvez, com dificuldade, mas mesmo assim tendo o ser humano como centro de um processo, e não como produto.

o mundo, pois é nesse fazer e refazer que construímos a nós próprios.

Sendo assim, parece que não há outra escolha diante do universo do trabalho senão buscar alternativas para além da soberania do capital ou resignar-se com o turbulento cenário capitalista marcado pela globalização crescente e pela “crise do emprego”.

Criar outros jeitos de produzir, vender, comprar e viver é um desafio permanente que exige engajamento e disposição para se entranhar em práticas coletivas de trabalho e romper com as crenças incrustadas no âmago do modelo de sociedade capitalista.

Enfim, explorar o campo da economia solidária, circular nesse território implica trilhar caminhos (des)conhecidos para instaurar outros olhares sobre a dimensão humana do trabalho. Implica, enfim, resgatar a vida presente nos modos de viver o trabalho. Porque viver não se resume somente a executar ordens, submeter-se às regras e normas do capitalismo. Pelo contrário, ser completamente determinado pelas normas do capitalismo não é “viver”, porque a vida é sempre tentativa de parcialmente criar-se humano, talvez, com dificuldade, mas mesmo assim tendo o ser humano como centro de um processo, e não como produto.

NOTAS

- ¹ As reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária ocorrem de forma itinerante nas cidades que compõem a região do Vale do Rio dos Sinos. A reunião que observamos foi sediada no município de Novo Hamburgo, na sede de Incubadora Solidária da Feevale, no dia 15 de julho de 2008.
- ² SCHWARTZ, Yves. Travail et gestion: niveaux, critères, instances. **Revue Performances Humaines et Technique**, Paris, n. hors-série. Octares, 2000.
- ³ CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Ed., 2003; ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI,

Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Ed., 2003; SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p.110.

- ⁴ CUNHA, Daisy Maria. Notas conceituais sobre a atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. GT 09, Caxambu (MG) 07 a 10 out.2007. **Anais**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3586-Int.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2008. p. 1.
- ⁵ SCHWARTZ, Yves (2000), **op. cit.**
- ⁶ **Id. ibid.**
- ⁷ BRITO, José Eustáquio de. **Reflexões epistemológicas sobre a ergologia**. Caxambu: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - FaE/UFMG, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT09-1830-Int.pdf>> Acesso em: 02 out.2008.
- ⁸ CUNHA, Daisy Maria (2007) **op.cit.**, p.3.
- ⁹ SCHWARTZ, Yves (2000), **op. cit.**
- ¹⁰ BRITO, José Eustáquio de (2006) **op.cit.**, p. 4.
- ¹¹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez; 2007.
- ¹² LUKÁCS. **Apud**. ANTUNES, Ricardo (2007), **op. cit.**
- ¹³ ARROYO, Miguel G. Pedagogia das relações de trabalho. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, n.2, p.61, ago./dez., 1997.
- ¹⁴ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1998. p. 17.
- ¹⁵ ANTUNES, Ricardo (2007), **op.cit.**, p. 52.
- ¹⁶ **Id. ibid.**
- ¹⁷ SINGER, Paul (2002), **op. cit.**
- ¹⁸ ANTUNES, Ricardo (2007), **op.cit.**
- ¹⁹ KUENZER, Acácia. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ²⁰ SCHWARTZ, Yves (2000), **op. cit.**
- ²¹ GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- ²² DURAND, Marina. **Doença ocupacional: psicanálise e relações de trabalho**. São Paulo: Escuta, 2000.
- ²³ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1996. p. 216.
- ²⁴ ANTUNES, Ricardo (2007), **op.cit.**
- ²⁵ **Id. ibid.**
- ²⁶ DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992. p. 139.
- ²⁷ CATTANI, Antonio David (Org.) (2003), **op. cit.**
- ²⁸ **Id. ibid.**, p. 11.
- ²⁹ NARDI, Henrique Caetano; RAMMINGER, Tatiana. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v.12, n. 25, abr./jun., 2008. p. 341.
- ³⁰ SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2002.

- ³¹ ARRUDA, Marcos. (2003), **op. cit.**
- ³² **Id. ibid.**, p. 235.
- ³³ Referimo-nos à reunião do Fórum Regional de Economia Solidária do Vale dos Sinos, ocorrida no dia 15 de julho de 2008 na Incubadora de Economia Solidária/Feevale.
- ³⁴ Realizada de 11 a 13 de julho de 2008, na cidade de Santa Maria/RS.
- ³⁵ ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ³⁶ **Id. ibid.**, p. 63.
- ³⁷ ARRUDA, Marcos (2003), **op.cit.**, p. 235.
- ³⁸ **Id. ibid.**
- ³⁹ VERANO PAEZ. **apud** ARRUDA, Marcos (2003) **op.cit.**
- ⁴⁰ ARRUDA, Marcos (2003) **op.cit.**, p. 237.
- ⁴¹ **Id. ibid.**, p. 237.
- ⁴² GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (1996), **op. cit.**
- ⁴³ PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 45, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- ⁴⁴ Seguindo a definição proposta por Danilo Marcondes, desenvolvida na obra “Textos Básicos de Ética” (editada por Jorge Zahar em 2007), entendemos “moral” como um conjunto de valores e regras de ação propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas etc.
- ⁴⁵ SINGER, Paul (2002), **op.cit.**
- ⁴⁶ **Id. ibid.**
- ⁴⁷ COUTROT; TIRIBA. **Apud** PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 40.
- ⁴⁸ PINTO, João Roberto Lopes. (2006), **op. cit.**, p. 40.
- ⁴⁹ **Id. ibid.**
- ⁵⁰ COUTROT; TIRIBA. **Apud** PINTO, João Roberto Lopes. (2006), **op. cit.**, p. 41.
- ⁵¹ ARRUDA, Marcos (2003), **op.cit.**, p. 240.
- ⁵² SCHWARTZ, Yves (2000), **op. cit.**

ABSTRACT

Eliana Perez Gonçalves de Moura; Maria Isabel Rodrigues Lima. *Labor: activity or (de)education?*

The purpose of this article is to reflect on the vicissitudes of work, a human activity which has been undergoing significant changes under the impact of successive capitalist crises. Initially, we describe work as a complex and ever-changing activity, and afterwards we discuss some of the characteristics of current capitalist labor organization that, imposing limitations and obstacles, generates (de)education and (de)formation for both labor and workers. Following, we introduce the labor organization model proposed by solidarity economy. In addition to being a possible alternative to globalization and increasing unemployment, this model can be linked to human activities because it privileges associated work, and seeks to develop new ways of working and living based on cooperative and solidarity relations.

Keywords: *Labor; Capitalism; Solidarity economy.*

RESUMEN

Eliana Perez Gonçalves de Moura; Maria Isabel Rodrigues Lima. *Trabajo: ¿actividad o (de)formación?*

Este artículo tiene por objeto reflexionar sobre las vicisitudes del trabajo, en cuanto actividad humana, las cuales vienen sufriendo importantes transformaciones bajo la influencia de las sucesivas crisis del sistema capitalista. Inicialmente describiremos el trabajo como una actividad compleja y mutable para posteriormente presentar algunas características de la actual forma del trabajo capitalista que, al poner límites y obstáculos a la actividad, genera la (de)formación del trabajo y de los trabajadores. A continuación, presentaremos el modelo de organización del trabajo propuesto por la economía solidaria el cual, además de poder ser una posible alternativa frente a la globalización y al creciente desempleo, puede articularse con los intereses de la actividad humana, en la medida en que, privilegiando el trabajo asociado, pretende construir nuevos modos de trabajar y de vivir basados en relaciones cooperativas y solidarias.

Palabras clave: *Trabajo; Capitalismo; Economía Solidaria.*